



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 32

Sessão Ordinária Junho

3.º Reunião em 05/07/2019

Aos cinco dias do mês de Julho do ano dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela sucedânea Ana Cláudia Pinto de Oliveira, na qualidade de Primeiro Secretário e pela Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Francisco José da Silva Ferreira, Frederico Guilherme Vasconcelos Dias Ferreira Teixeira, Débora Eunice Silveira Lopes, João Bastos Figueiredo, Jacinto Manuel Almeida da Silva, Firmino Marques Ferreira, Nuno Frederico Miranda Leite, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Fernando Sérgio Ferreira Carvalho, Carlos Alberto Martins Nunes, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Marília Ferreira Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sílvia Saraiva de Carvalho, António Augusto Cruz de Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, Raúl Ventura Martins, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Júlia Margarida Ribeiro Correia, David Filipe Ramos Silva, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga. [001](#)

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da Sessão faltou o deputado Carlos Francisco da Cunha Picado.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Joana Fonseca Valente, e João Francisco Carvalho de Sousa.

Faltaram nesta reunião da Sessão os Vereadores, Luís Miguel Capão Filipe, e Manuel Oliveira de Sousa

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta Sessão da Primeira Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e dos vogais, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Sara Sandra Resende Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Frederico Guilherme Vasconcelos Dias Ferreira Teixeira, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Sílvia Saraiva

de Carvalho, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Júlia Margarida Ribeiro Correia e David Filipe Ramos Silva.⁰⁰²

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Emília Cristina da Cunha Gonçalves, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Andreia Pereira da Fonseca, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, Jerónimo dos Santos Dias, António Manuel Santos Salavessa, Ana Margarida dos Santos Valente, e Cláudia Maria Pinto Ferreira, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidente de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Henrique da Rocha Vieira, e Antero Marques dos Santos, se fizeram substituir nesta reunião da Sessão, respectivamente, por Débora Eunice Silveira Lopes, João Bastos Figueiredo, Jacinto Manuel Almeida Silva, Nuno Frederico Miranda Leite, e Carlos Alberto Martins Nunes.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, recapitulou os pontos da “*Ordem-do-Dia*” ainda constantes de apreciação nesta Sessão Ordinária de Junho:

Ponto 8 – Informação sobre a Atividade Municipal de 26MAR19 a 17JUN19;

Ponto 9 – Apreciação e votação do pedido de isenção de IMT – Parque Escolar, E.P.E.

Ponto 10 - Apreciação e votação de oito Propostas de Recomendação apresentadas pelo BE:

- a) **Adoção de luzes LED "amarelas" e abandono das LED "brancas" que podem aumentar o risco de cancro;**
- b) **Pela prioridade e realização das obras prementes nas habitações sociais propriedade do IRHU no município de Aveiro, nomeadamente no Griné e Caião;**
- c) **Criação de um observatório municipal da habitação;**
- d) **Candidatura do Município de Aveiro ao Programa Primeiro Direito;**
- e) **Que o alojamento, permanente ou temporário, de animais nas habitações sociais propriedade do município de Aveiro seja definido pelas normas gerais da lei da república;**
- f) **Que a renda mínima para as habitações propriedade do município em regime de arrendamento apoiado, seja fixada em 1% do indexante dos apoios sociais;**
- g) **Critérios preferenciais e de desempate para famílias monoparentais ou que integrem menores, pessoas com deficiência ou com idade igual ou superior a 65 anos, ou para vítimas de violência doméstica no regulamento municipal das habitações sociais propriedade do município de Aveiro;**
- h) **Regular o alojamento local pela protecção das pessoas e do direito à habitação.**

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Vogal António Neto (BE):⁰⁰³

"Senhor Presidente. Uma interpelação à Mesa. Era para saber se o Senhor Presidente já obteve o comprovativo das notificações feitas ao representante do Bloco de Esquerda, tal como perguntei e se a Câmara forneceu ao Senhor Presidente essa notificação uma vez teceu críticas pela não presença do representante do Bloco de Esquerda no Conselho

Municipal de Segurança. Era para saber se o Senhor Presidente já recebeu essa notificação por parte da Câmara Municipal. Muito obrigado."

Presidente da Mesa:⁰⁰⁴

"Senhor deputado, agradecemos que formule o pedido à Mesa por escrito para depois ser devidamente informado. Obrigado."

Ponto 8 – Informação sobre a Atividade Municipal de 26MAR19 a 17JUN19.

(O texto da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo).

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

"Muito boa noite a todos. De forma sumária, escolhendo dois ou três temas, porque esta é uma informação muito extensa porque o período foi longo, a atividade é muito intensa, diversificada, como se pode constatar e, obviamente nem tudo está a informação como é lógico, mas enfim, escolhi quatro questões para evidenciar este período.

Em primeiro lugar, sem importância diferenciada, o acontecimento do passado dia 15 de junho em que lançámos a nossa candidatura a "Capital Europeia da Cultura 2027".

É um momento muito importante para o qual já trabalhamos muito, mas para o qual temos muito trabalho pela frente logicamente. A Câmara, todos os cidadãos, as associações, estão todos convidados. Os parceiros da dimensão regional que vamos integrar também neste processo. É uma longa caminhada é uma grande oportunidade de crescimento e capacitação da nossa rede cultural da nossa programação, etc e, portanto, foi uma etapa, um passo, importante, muito importante, simbólico, porque obviamente estamos a construir uma narrativa. E os simbolismos são muitíssimo importantes nesse processo.

O arranque é muito importante para todo o caminho que se quer percorrer, nomeadamente nas grandes ideias que a candidatura vai desenvolver e pronto, quisemos escolher do Regimento de Infantaria 10 em São Jacinto. Para fazer essa dupla ou tripla referência, que são 3 notas muito importantes da narrativa da nossa candidatura.

A primeira é o lugar, enfim, onde há um século se estabeleceu uma unidade militar francesa para defender a Europa de uma guerra, estabelecer um posto de guerra. A lógica das armas para defender a Europa. E um século depois é nosso entendimento que a Cultura é uma arma capital e principal para fortalecer e desenvolver a nossa Europa.

Por outro lado, a ideia da inclusão. De que toda a gente é convidado para este processo de construção cultural e deste processo de candidatura, mesmo aqueles, todos aqueles, que vivem nas nossas zonas de povoações de menor dimensão e mais afastadas dos centros. E, portanto, São Jacinto também é expressivo a esse nível.

E uma 3ª dimensão, que é a dimensão dos valores ambientais. Obviamente que temos no nosso país, na nossa Europa, no nosso mundo, que temos de cuidar e que trabalhar bastante e daí, enfim, um sítio mais expressivo de que São Jacinto não temos. Com a sua relação muito íntima com a Ria com o mar e com a Reserva Natural.

E, portanto, foi este este trio de ideias principais que nos levou a fazer este evento lá, no quadro também da aprovação que foi feita nessa mesma semana pelo executivo municipal do Plano Municipal Estratégico para a Cultura do município de Aveiro.

E agradecer além mais aqui, ao Senhor Presidente da Assembleia e a todos os representantes dos partidos que estiveram disponíveis, que participaram, que contribuíram para o Plano, porque obviamente é uma base importantíssima para o trabalho que temos de fazer daqui para a frente.

Uma segunda nota também no âmbito dos eventos para a "Maratona da Europa". Para nós foi um acontecimento de grande importância e marca uma grande aposta muito forte numa prova desportiva que queremos que venha a ser muito importante no cenário internacional. Ainda não o é. Obviamente temos que pedalar para conseguir esse selo e somos candidatos ao selo gold da classificação máxima de qualidade que uma maratona pode almejar. Sabendo que, enfim, temos um objetivo fixado para que isso aconteça à terceira edição, mas que tudo aquilo que se fez teve uma avaliação muito positiva nessa caminhada para termos esse selo que obviamente nos vai permitir passar para outro campeonato que é termos cá atletas do melhor que o mundo tem, para virem, enfim, como se diz na gíria técnica para virem fazer tempos. E, portanto, apostando nós em ter a maratona mais plana de Portugal. E isso já está conquistado. Lisboa e Porto a esse nível têm performances muito diferentes da nossa para pior. Temos apenas uma cidade do sul de Espanha a disputar essa performance conosco. Somos uma das mais planas do mundo e somos 5 ou 6 a disputar essa dimensão. E plana porquê? Quase todos os senhores membros da Assembleia são praticantes de atletismo e sabem que um circuito plano é propício a fazer melhores tempos. E portanto mesmo aquela malta que vai às maratonas para fazer quatro ou cinco horas, vai também par afazer tempo. Para ver se na segunda faz uns minutos menos.

Fica o convite para estarmos juntos na maratona do próximo dia 26 de Abril do próximo ano. A marca que escolhemos foi o domingo mais próximo do 25 de Abril, também para associarmos esta festa à festa da comemoração do 25 de Abril. E pronto foi um balanço muito positivo, com as seis mil pessoas que participaram no evento, as mil e quinhentas que participaram só na maratona. Lembro que a primeira vez que houve maratona no Porto partiram apenas 150 pessoas. Ou na primeira vez que houve maratona em Lisboa participaram 250. A primeira vez que houve maratona em Aveiro participaram 1.500 e dessas 1.100 cortaram a meta - o que é de facto uma coisa notável para uma primeira edição. Portanto todos os rácios foram superados. Foi bom, mas obviamente a lógica é crescermos quantitativamente e qualitativamente. Obviamente com um abraço muito especial para o município de Ílhavo que aderiu ao nosso desafio e obviamente é nosso parceiro para partilhar conosco uma parte do seu território para estarmos de forma mais elevada em todos os parâmetros, nomeadamente naquele da planura dos tais 42 quilómetros que temos que disponibilizar para os nossos atletas.

Uma terceira nota. A inauguração da obra da variante de Cacia. Dar conta que foi com muita alegria que tivemos aquela festa simples. Ainda por cima chovia imenso naquele dia. Ainda bem, é sinal de bênção. Dar nota desta obra por aquilo que foi tão difícil para a conseguir. Desde negociar com proprietários de terrenos, desde logo com a Navigator, todas as maleitas que tivemos no projecto, as dificuldades da obra com a morte do empreiteiro, enfim foi de facto uma odisséia muito complicada aquela obra. Mas pronto, está pronta e tem sido muito útil com quem a utiliza. E pronto, dentro de pouco tempo vamos completar as bolachas das duas rotundas que ficaram incompletas para mantermos um serviço e um apoio à empresa Ria Blades para transportar as suas pás para o Porto de Aveiro. É pública a sua situação financeira, que é grave, pelo que passa a empresa a que a empresa pertence. De repente de 1.200 trabalhadores já só vai em 500.

E uma última nota que tem a ver com isto. Com um conjunto vasto de projectos, de obras, de concursos que a informação descreve. Na próxima semana começa a obra de pavimentação da N109 no troço entre o Pingo Doce e a rotunda de Esgueira. Também

para a semana começa a obra da Rua do Gravito e Sá com a sua requalificação. Final de Julho vamos ter 3 semanas o túnel da estação cortado ao trânsito para a obra de mudança de toda a infra-estrutura eléctrica. Portanto estamos numa fase muito intensa, o pico ainda vem lá mais à frente, com obras em todo o município, nos seus quatro cantos. Esperamos que tudo corra bem, que os empreiteiros sejam competentes, as equipas de fiscalização, todo o leque de parceiros que essas operações têm. E obviamente os nossos cidadãos que são fundamentais para cooperarem e para gerirem o melhor possível os inconvenientes que as obra sempre têm. Se bem que eu sempre gosto de referir a frase "felizes os incomodados por uma obra". Porque é sinal de que ela se está a realizar. Mas obviamente a diligência de cada um e os incómodos dos desvios, enfim as múltiplas operações que já estão pelos quatro cantos do município e vão ser muitas mais e com uma extensão mais forte no que respeita ao domínio público. A informação deste período é muito prodiga neste tipo de operações. Portanto eu destacava este grupo de questões, estando obviamente ao dispor para as vossas questões e o debate que entendamos por bem fazer. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[007](#)

"Obrigado Senhor Presidente. De facto é um documento muito extenso. Eu acompanharia aqui o executivo na ênfase que deu na apresentação da candidatura da Capital Europeia da Cultura. E acompanho obviamente o Senhor Presidente de que é mesmo fundamental que Aveiro dê os sinais de ser merecedora deste privilégio — sinais a todos os níveis.

Eu tinha aqui três notas em relação a três assuntos que considero prementes. A rotunda da Avenida da Universidade recebeu nas últimas semanas umas críticas muito incisivas de duas associações, a Ciclaveiro e a MUBI. São associações vocacionadas para alguns aspectos do que foi vocacionada a rotunda, nomeadamente a ciclovia.

As críticas são muito técnicas e gostaria de saber se a Câmara teve algum tipo de abertura relativamente a estas duas associações no sentido de que elas pudessem opinar, de que elas pudessem participar neste processo.

Se o executivo se revê com algumas das críticas que lá estão desenvolvidas. Nomeadamente aquelas mais prementes em termos de segurança dos ciclistas. E se tenciona de alguma forma alterar alguma coisa no traçado ou melhorar alguma coisa.

Em relação ao corte das árvores. Nós congratulamo-nos pelo plano que têm em termos de quantidade de árvores. Acho que é um plano. Nós não temos conhecimento dele em termos físicos, mas congratulamo-nos pela existência de um plano. Mas de facto temos sentido que há aqui um corte de árvores, nalguns casos até pode haver alguma sustentação do ponto de vista de debilidade, mas noutros deixa-nos sérias reservas. Ainda hoje foram cortadas mais duas árvores penso eu em São Bernardo. Em Eixo há uma série delas, no centro da cidade são sobejamente conhecidas e públicas as que estavam ao lado do Tribunal.

Nós, obviamente o conhecimento é empírico. Nós não somos técnicos, mas também não temos acesso a relatórios nem a estudos, eu pelo menos não tive.

Mas o que nos parece e se formos a Viseu se virmos os Paços de Concelho de Viseu, por exemplo, até à Igreja Matriz, aquilo está com copas de árvores e os idosos passeiam-se com trinta graus, e estão lá e estão bem. Dou este exemplo mas possa dar imensos no território.

Não estou a concluir que há uma forma precipitada de corte, mas gostaria de saber mais, qual é o critério, quem fez, se foi uma entidade externa, se foram técnicos da Câmara, em que é que se basearam.

Em relação ao Orçamento Participativo gostaria de perguntar quando? Vamos em Junho e eu recordo-me, salvo erro e posso estar errado, ouvi aqui 2019, portanto, vamos mais ou menos a meio do ano, gostaria de saber se vamos ter ou não e quando. Obrigado."

Vogal David Silva (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Pegando nas palavras do Senhor Presidente relativamente à exposição sobre a candidatura de Aveiro a Capital Europeia da Cultura. Nós participámos nessas discussões. Demos os nossos contributos e portanto não vou desenvolver mais sobre essa questão. Tivemos inclusive uma entrevista no Teatro Aveirense e participámos no processo dessa candidatura.

Na altura, por acaso fui eu que participei nessas reuniões, comecei por abordar que o sucesso de uma candidatura a Capital Europeia da Cultura passava, entre outros aspectos, por dois aspectos centrais, atendendo à especificidade daqui, pela característica da cidade de Aveiro.

Um deles era que era uma oportunidade única para pensar bem e planear bem a Cidade. E o outro tinha a ver com a fixação de públicos. Isto na área da Cultura, mas também podemos extrapolar, por exemplo a áreas como a do ambiente e planeamento urbano da própria cidade. Aliás, isto que eu digo está implícito inclusive na própria estratégia das cidades sustentáveis que existe em Portugal.

Todos estes conceitos, eles não podem ter sucesso, se não houver uma intervenção muito forte e principal, das associações, dos movimentos, e dos cidadãos. E para isso não podemos negar nem factos, nem rigores científicos, e muito menos apelidar os movimentos que querem dar os seus contributos, chamar-lhe oposição de forma geral. Porque isso se tem um único intuito que é a desmobilização, não terá sucesso.

E portanto vou dar ênfase a três aspectos que são fruto da discussão que nós tivemos em algumas sessões que o PCP realizou dentro das suas actividades aqui no município.

E um desses aspectos tem a ver com o projecto da ciclovia. Alguns aspetos técnicos têm que ser revistos, nomeadamente a passagem aérea junto da universidade para as bicicletas. É óbvio que há pessoas que, como nós, com maiores dificuldades, terão uma série de dificuldade de subir aquela passagem com declive excessivo. A questão de não se ter aproveitado a oportunidade, por exemplo, da questão da intervenção em Cacia (e já se falou de aqui na N109), era uma oportunidade para desenvolver também a ciclovia nesse aspeto. Aliás, nós reunimos com as associações ambientalistas locais e remeteram muito essa situação de que era uma oportunidade e que não foi aproveitada. Caracterizam a ciclovia como marginal, porque deposita a periferia, portanto não chama para o centro. E atendendo ao fluxo maior de estudantes e da caracterização desses potenciais utentes, fazem a travessia principal pela Avenida Lourenço Peixinho. Portanto há essa crítica que até apelidaram dessa ciclovia de marginal, atendendo que não privilegia o centro.

Portanto, isto são alguns aspectos que faz recordar outros projetos anteriores. Uns que estão em curso, que é o caso do Rossio. Mais uma vez não sabemos, sabemos que foi embargado, mas não sabemos bem qual é a perspetiva e o futuro daquela obra. Há um estudo geológico que faz uma leitura desfavorável, mas continua-se a teimar na obra. Não sei se aquela obra é para responder aos potenciais e futuros empreendedores hoteleiros que temos aqui no município, não sei. Só sei que isto cria uma instabilidade e uma insegurança para os cidadãos e é óbvio que eles se manifestem e queiram fazer ouvir a sua voz para estes pequenos e grandes projetos de intervenção em Aveiro.

E isto já é crónico nesta cidade sobre estas políticas em que a Câmara esteve sobre a alçada do PSD e do CDS. Vejam como foi o caso do projeto da Avenida! Na altura no anterior executivo de Élio Maia, houve uma série de movimentos e até se constituíram

associações à volta para discutir e debater o projeto. Portanto todos os projetos de grande intervenção na cidade acabam sempre por terem grande contestação e começam sempre pelo princípio geral, que é já não se ouvem realmente os cidadãos.

O segundo aspecto referir-me à Praça do Peixe. Nós tivemos a informação de que no dia 18 de Maio, houve lá um episódio de violência bastante grave e que não houve (e uma das queixas da população e sobretudo dos comerciantes) intervenção rápida da PSP.

E portanto, pergunto se realmente aquela zona está com menor vigilância, porque o mesmo se aplica, por exemplo, na mesma zona nas imediações?

Os comerciantes queixam-se que há estacionamento abusivo sobre, portanto, parte dos passeios juntamente às habitações. Há esse problema e até mesmo para a circulação das pessoas e dos turistas.

Último aspecto é que há necessidade de fazer uma acalmia de trânsito na rotunda do ISCA. Porque a rotunda não se mostra suficiente e há muita comunidade académica que passa por ali e portanto é preciso ter atenção a esse aspecto porque a rotunda não se mostra suficiente e é necessário introduzir mais medidas.

E por último gostaria de perguntar qual é a situação da UrbAveiro porque passou de 68 motoristas para 27?! Há supressão de carreiras. Há jovens que estão nas paragens e o autocarro não passa e têm de chamar os pais ou os encarregados de educação para os transportarem para as suas actividades lectivas e extracurriculares. E ainda por cima aumentaram a tarifa a quem compra o bilhete no interior dos autocarros. Coloquei estas questões porque são as que maioritariamente estão interrelacionadas."

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. O mais importante relativamente à atividade camarária é aquilo que é omissa na comunicação da atividade camarária. Todos nós notamos, se estivermos mais ou menos atentos, ao que se passa no Rossio ou ao que não se passa no Rossio. E gostaríamos de interpelar o Senhor Presidente relativamente aos avanços e recuos da situação e se ao fim de este tempo já começou a perceber e dar a palavra aos aveirenses que estão contra este edificado, digamos, megalómano, até mesmo parece-me para o Senhor Presidente.

Uma coisa que também gostaria de perguntar ao Senhor Presidente era se também está a pensar edificar uma ponte sobre a Ria para favorecer alguns empreendedores do Turismo em Aveiro?

Também gostaria de perguntar relativamente ao parecer da Agencia Portuguesa do Ambiente relativamente à edificação em cave do Rossio? E se o executivo camarário tece alguma consideração sobre esse parecer e se está disponível para trazer à discussão esta situação já que mais uma vez é feita nas costas dos aveirenses.

Gostaríamos também de perguntar relativamente à reclassificação da Avenida? Saber se esta requalificação da Avenida e a sua solidificação será realizada em tempo eleitoral? Já que parece que se está a arrastar indeterminadamente. E gostaríamos também de perguntar relativamente à requalificação da Avenida 25 de Abril?

Mais uma vez são tudo empreendimentos que o executivo camarário é omissa na discussão. Ninguém sabe. Esta Assembleia que por inerência fiscaliza a actividade camarária não sabe de nada! Não discussão nenhuma aqui. Nós não sabemos de nada.

Relativamente à política cultural aveirense, está à porta o festival dos canais, com os tais 500 mil euros para derreter em 4 dias, num município que está ao abrigo do FAM? Há os impostos no máximo. Tivemos uma pequena redução, mas temos espectáculo com um valor deste montante. Por agora é tudo. Muito obrigado."

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

"Obrigado Senhor Presidente. A primeira palavra é de congratulação, porque efetivamente estamos em obras. Principalmente num concelho que é herdeiro de Elio Maia. E congratulo-me muito particularmente pelas obras que foram feitas no largo Acácio Rosa que me parecem razoavelmente conseguidas. Infelizmente, não estão a ter o resultado que efetivamente era de esperar, porque efetivamente há uma série de automobilistas que não respeitam as outras pessoas e aquilo continua a ser um local de difícil, principalmente nas horas em que é de buscar os miúdos e de comprar o pão. Mas pedia ao Senhor Presidente se haveria ali alguma solução para se melhorar a situação.

A segunda parte da minha intervenção tem a ver com umas coisas que eu ainda não consegui aqui perceber na parte financeira que é apresentada. Nas Dívidas a Terceiros/Médio e Longo Prazo gostaria que me desse e explicasse se fosse possível, porque não tive acesso a isso, os Fornecedores/Conta Corrente/Médio Longo Prazo.

Gostaria também de ter alguma explicação sobre o Saldo das dívidas das instituições de crédito de curto prazo. Vulgo dívidas correntes à banca e que totalizam quase 6 milhões de euros!?

Parece-me exagerado este valor numa altura destas. 6 milhões de euros é muito dinheiro de curto prazo à banca. Principalmente porque dizem há um montante de segurança que efetivamente aguentou tudo isto e o montante de médio longo prazo que foi conseguido através do FAM."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

"Boa noite a todos. Do nosso ponto de vista, efetivamente, de uma comunicação de actividade tão vasta não vamos estar aqui a olhar ponto a ponto, mas quero dar ênfase da nossa candidatura a Capital Europeia da Cultura. Que apoiamos porque achamos que é importante para o futuro das próximas gerações de Aveiro.

Não apenas pelo tempo vai durar a Capital Europeia da Cultura, caso venhamos a ganhar, mas por tudo aquilo que obriga de preparação. Ganhemos ou não há coisas que vão mudar. E tudo aquilo que virá depois após este trabalho que é feito, vai ser importante para algumas mudanças em Aveiro que saudamos e com as quais estamos dispostos a colaborar com a Câmara.

Relativamente a outros assuntos. Em primeiro lugar (e também tem a ver com esta candidatura) tem-se notado alguma degradação nos painéis de azulejos na envolvente à Câmara Municipal e também no túnel da Rua de Viseu.

Gostávamos de saber se há um plano para a manutenção destas obras de arte realizados por artistas aveirenses, que estão como é evidente sujeitas a vandalismos, estão no espaço público. Está sujeitas também a alguma degradação, mas saber como é que a Câmara tem previsto fazer essa manutenção de substituição de azulejos quando se danificarem e não puderem ser reparados. E também a manutenção das estátuas existentes no espaço público. Há algumas que têm lápides partidas, com falta de letras, o que dá assim um certo aspecto de degradação. E portanto também gostaríamos de saber se existe algum plano.

E também, lembro a Estátua do Bombeiro em frente aos Bombeiros Novos, que está preparada para ser iluminada, mas que não está a funcionar a iluminação. E parece-me que do ponto de vista do ambiente urbano as estátuas tenham uma iluminação digna e que possam ser vistas à noite.

Segundo aspecto. Algumas ruas, designadamente a Dr. Vale Guimarães, e na envolvente da escola José Estêvão, foram retiradas algumas árvores por doença. Acontece que essas árvores não foram substituídas, como as caldeiras das árvores foram calcetadas!? E portanto as pessoas perguntam se as árvores vão deixar de existir nesses sítios ou qual é a razão para se tapar as caldeiras com calçada?

Depois uma sugestão. Isto surgiu-me após ver aquele trabalho de jardinagem junto do Tribunal. Se não seria de pensar futuramente de em espaços relativamente pequenos, começar a colocar relva artificial em vez de relva natural? Por uma questão de logística no corte da relva. Imaginem que para andar a cortar relva nestes pequenos espaços tenha de andar um carro para transportar a máquina e depois não sei quantos operários, que depois acabam por ter um trabalho relativamente rápido, para além do problema ambiental das regas, etc.

Outro assunto também tem a ver com a iluminação pública. Continuamos a ter zonas da cidade com bastantes avarias que me parece que vão para além da normal substituição das lâmpadas. Eu reparei, aqui no Côjo, houve uma obra que teve uma intervenção a seguir ao Festival dos Canais e já está tudo às escuras outra vez. Enfim, o que é que se passa para haver este tipo de avarias. Percebemos que existem vandalismos, não o compreendemos, mas algumas vezes esse vandalismo faz com que a iluminação pública deixe de funcionar. Mas também dá ideia que há reparações que são feitas e não são acompanhadas, porque pouco tempo depois a situação volta a estar na mesma. Ou seja, dá ideia que, ou não são bem-feitas, ou não são bem analisadas. São os empreiteiros contratados pela EDP que fazem este tipo de serviço, mas parece-me que temos de acompanhar melhor porque às vezes os assuntos repetem-se nos mesmos sítios.

Por fim gostava de saber do ponto da situação relativamente ao concurso de publicidade e à instalação do mobiliário urbano? Estão decorridos alguns meses e portanto gostava de saber qual o ponto da situação. Muito obrigado."

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

"Boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia. Bem, começando pela Capital Europeia da Cultura, não sou propriamente um grande entusiasta do projeto. Sou entusiasta do que o projeto pode conseguir no caminho que fizemos até lá. E, portanto, penso que até é esse o objetivo do executivo. E portanto temos de nos concentrar nisso.

Mas começámos mal. Eu percebi as explicações dos vectores, etc, mas em São Jacinto numa unidade militar, fazer o lançamento da Capital Europeia da Cultura!? Eu pessoalmente não acho que tenha sido muito brilhante esse pensamento, mas sei que correu bem.

Em relação à Maratona da Europa. O Senhor Presidente não precisa de dourar tanto a pílula. Porque a Maratona da Europa correu bem, foi um bom evento, as coisas estavam organizadas, houve críticas de gente que ficou à porta e tudo mais, há umas coisas que é preciso afinar para as próximas edições, naturalíssimo. Mas correu bem. Foi um sucesso. Mas o Senhor Presidente não precisa de comparar com o número de participantes na maratona de Lisboa que aconteceu há 26 anos atrás! Em que a dinâmica de corrida era completamente diferente e o gosto pelo desporto ou com a maratona do Porto que aconteceu 2013. Não precisa disso. O evento correu bem. A Câmara está de parabéns correu tudo muito bem, sim senhor. É excessivo. E isso acaba por ter um efeito contrário pelo menos é a minha opinião.

Em relação à questão das árvores devo dizer o seguinte. Houve muito brado nas redes sociais e na opinião pública aveirense quando há o corte das árvores. As pessoas ficam sensibilizadas, não sei, Aveiro tem um particular afecto por isso. Mas aquelas ali junto do

Tribunal há uma controvérsia, ainda por cima numa praça seca e árida, acabou logo por rebentar uma fonte, portanto foram dois azares num só — o que deu também para algum brado extra. Mas devo dizer o seguinte. Eu se fosse presidente de câmara e me aparecesse um relatório a dizer que determinada árvore é para cortar, é para cortar, ponto final. Fossem as que fossem.

Eu devo dizer que na Madeira morreram três pessoas e o Vereador foi arguido. E, portanto, se alguma daquelas árvores caísse em cima de alguém o Senhor Presidente Ribau Esteves e a sua vereação iam ser chamados à pedra. Porque em última estância é ele que é responsável. Aliás, penso até que o Ministério Público requereu do julgamento com acusação formal contra o Vereador e contra os funcionários da autarquia na Madeira.

E portanto, desse ponto de vista estou solidário. E não acredito que o Presidente da Câmara tenha feito o corte das árvores, dessas árvores e da árvore do Parque D. Pedro V que estava junto do parque infantil, lembrar que era uma árvore com uma grande dimensão que estava ali junto ao parque infantil, e não acredito que o corte tenha sido feito porque não gosta, etc.

E portanto, vou entregar agora um requerimento ao Senhor Presidente da Assembleia, porque é a diligência formal, para que faça chegar a mim e à bancada do Partido Socialista, os relatórios e os pareceres técnicos que fundamentaram o abate destas árvores em concreto.

Mas para que fique claro, não estou catapultar nada em relação às árvores, acho mesmo que se as árvores que não estiverem em condições têm mesmo de ser cortadas, ponto final parágrafo. Que não fique nenhuma dúvida em relação a essa matéria.

E já agora, para falar do jardim que lá colocaram junto do Tribunal aí já posso dar o meu palpite. Ó Jorge Greno, quando fala da relva sintética, nós em Portugal e em Aveiro também, temos a mania de pôr relva porque achamos muito bonito ou porque é tradicional. E o que nós devíamos fazer, era fazer arranjos paisagísticos com os tipos de ervas e plantas que são típicas da nossa zona e que não precisam de uma rega constante nem de um tratamento constante. O que provavelmente teria um custo diminuído. Eu não sou especialista, mas já agora apetece-me dar esse palpite. Porque o palpite da relva artificial ó Jorge Greno, desculpe lá, não lembra ao diabo.

E pronto, era só. E vou entregar agora o documento à Mesa da Assembleia."

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[013](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Pois eu penso que chegámos a uma situação complicada. É que os grandes assuntos, como se viu pelas intervenções, continuam sem se discutir. Estamos na parte se pormos alcatifa ou relva ou ervas autóctones em rotundas e noutros sítios.

Isto é grave, porque isto mostra um bocadinho estado em que estamos na discussão. As grandes questões que foram aqui trazidas e que para alguns, se calhar, são debates por falta de resposta, acho que mereciam melhor e mais discussão. E por isso não vale a pena. Começamos a chegar à sensação de que não estamos desgastados, mas agastados com a ideia de que se há obra — a obra incomoda é bom! Porque neste momento há incómodos é sobre algumas das obras e muitas das obras que estão feitas. Penso que é o exemplo da rotunda do ISCA. Com a ausência de critério e a ideia de que se pode afinar a obra depois da obra feita. Em todas as suas dimensões parece-me bastante lamentável.

Tal como me parece que a Universidade também merecerá algum reparo na forma como aquilo foi feito. E como agora é preciso medidas paliativas, sobretudo medidas paliativas que provavelmente só têm duas hipóteses. Ou penalizar o direito do peão à cidade porque

há uma distribuidora principal e a ideia é parar os movimentos e só permitir que alguns se façam. Ou atirar com os peões para uma passagem superior. Ou então semáforos que era aquilo que lá estava e por isso fica apenas a servir de entrada.

Não é aqui a defesa de ser a favor ou contra da rotunda. Mas o único benefício daquela rotunda é uma entrada e uma saída para a Universidade evitando ir à rotunda do Hospital. Tudo o resto parece-me que era ou desnecessário ou devia ter sido acautelado no projecto.

Portanto tirando esta discussão e eu espero que não falemos nos incêndios florestais, para eu não perguntar pelas árvores da cidade porque foi essa a última abordagem. Mas nesta sessão, na outra reunião eu fiz uma pergunta sobre a ideia, de qual era a estratégia.

E no dia três fiquei a saber que existe um plano de renovação do parque arbóreo da cidade. E que tem junto o valor de 17 mil euros.

Primeiro não sei como é que com 17 mil euros se faz a renovação do parque! Mais do que tudo saber se é um plano ou se é um inventário. E se é um plano ou um inventário, porque é que não é público? O que está aqui em causa não é obviamente má-fé. Não é pensar que estão a ser arbitrariamente feitos os abates, mas penso que uma forma de diminuir a inquietação e a desconfiança em relação a isto. Até para tranquilizar as pessoas em relação a coisas que inclusivamente o Jorge Greno trouxe aqui. É apenas uma forma de tornar as coisas mais claras e diminuir inquietação das pessoas. Saber porque é que está a ser feito, é uma forma de aumentar a transparência, porque nem sempre se vê a benevolência das intervenções.

E, pronto, depois há realmente muitas preocupações que estão aqui que me parece que conduzem a intervenções, intervenções casuísticas. Há uma melhoria pontual e uma capacidade de intervenção (não quer dizer que não precisamos dela), mas do ponto de vista da discussão e da informação dos grandes pontos, parece-me que ainda estamos aquém.

Por outro lado também é verdade e lembro que em relação ao Plano da Cultura e da candidatura obviamente há uma posição que é: Aveiro tem que competir como os outros e competir bem, no mercado da competição territorial e cultural. E, por isso, a ideia da Capital Europeia da Cultura é uma ambição respeitável. Que foi apresentada como adenda ou como chapéu, de uma coisa que se chama Plano Estratégico da Cultura.

E sendo eu completamente a favor da ideia e do que isso nos pode potenciar a nossa capacidade de atração e de afirmação exterior e também pode ser um estímulo àquilo que fazemos no interior pela cultura, esperemos que realmente a capacidade de envolver os agentes culturais e de começar a fazer o Plano hoje, e mais do que fazer a Capital da Cultura em 2027. Seja uma das questões importantes aqui.

E por isso lembro-me bem e não é nenhuma crítica, é apenas uma chamada de atenção, mas penso que o espírito da pessoa que nos acompanhou da Roménia, alguém que nos veio falar da experiência disse: "nós não ganhamos, perdemos no fim, mas resolvemos implementar na mesma". Penso que esse é o espírito que deve estar aqui presente. E penso que foi um aspecto bastante positivo pelo testemunho trazido naquela hora. Obrigado."

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[014](#)

"Boa noite Senhor Presidente, Senhores Vereadores, colegas. Eu começava por felicitar esta ideia da Capital Europeia da Cultura, que com certeza obrigará Aveiro a crescer e a dinamizar-se no sentido de conseguir-se acolher este grande evento que é a Capital europeia da Cultura.

E com certeza terão pensado já nos eventos culturais que terão que fazer. E ideia de todos pensarmos no ambiente é absolutamente fundamental. Está na ordem do dia, não por ser

moderno, mas o ambiente a todos diz respeito e todos devemos ser sensibilizados para isso. Acho que chegou a altura de os aveirenses perante um evento desta natureza deixarem de lado muitos dos seus problemas partidários para se unirem num esforço e todos fazermos de Aveiro essa grande cidade Capital Europeia da Cultura. Felicito a Câmara por isso. O partido socialista fará por intervir ou estar de perto e ao lado para realmente juntos dinamizarmos a nossa cidade com os aveirenses, com os turistas, com todos aqueles que queiram cá vir. Para mim entendo que será um grande evento e felicito-o por isso.

Leeds. Acho que é uma boa ideia, também o felicito-o. Hoje estou muito amiga da Câmara (ouvem-se vozes. Mas não mudei. Ainda nem nunca. Eu sou mulher de ideias fixas. As leds são importantes pelo ambiente e também pela parte económica uma vez que gastam menos e portanto economicamente são melhores.

E aproveito para lhe sugerir aquilo que algumas vezes já aqui falei. O canal de São Roque precisa de ser iluminado. O canal é muito visitado seja de noite seja de dia e há lá zonas que não estão iluminadas. E quanto mais iluminação menos possibilidade de haver pessoas a fazerem aquilo que não devem. Fica aqui a minha sugestão para o canal de São Roque.

Os túneis. O túnel da estação precisa realmente de muita iluminação porque passa a maioria do tempo apagado e o mesmo se diz ali daquele túnel junto à Sé. Isto está assim um bocado esquecido e eu gostava de lembrar.

Agora vou falar-lhe da Feira do Livro. Eu continua a entender que a Feira do Livro no sitio onde está não é o local mais adequado. O convite feito aos vários escritores merece também um sitio mais adequado para esse evento cultural. Portanto fica aqui a minha sugestão de levar a Feira do Livro para outro local dinamizando cada vez mais esse evento, porque penso que todos nós precisamos de ler mais e ensinar os nossos filhos a terem gostos de leitura e a cuidarem dos livros.

Gostaria de chamar também a atenção dos sem-abrigo e dos arrumadores. É impressionante. Ainda hoje de manhã vi. Eram 9:30 horas e estava ali um individuo a dormir numa das ruas principais da cidade. Eu acho que é uma coisa um pouco degradante nada fazermos para nós que queremos tornar Aveiro uma cidade diferente.

Os sem-abrigo são pessoas com problemas, como todos sabemos, mas acho que a Câmara deve ter isso em atenção e o mesmo se diga dos arrumadores. O problema já foi falado várias vezes aqui mas parece que o problema continua a aumentar.

Por último. Eu simpatizo muito com aquilo que diz por vezes o nosso companheiro Jorge Greno, mas isto de relva sintética ou artificial, eu convidava-o a ir ver uma coisa que eu acho completamente surreal. É no Parque Infante D. Pedro uma parte que lá está onde os meninos andam a brincar com relva artificial. Para além do lixo e dos dejectos dos animais que acumula, aquilo é absolutamente impróprio. Estou-me a lembrar ali junto Tribunal iria ser uma "festa" se puséssemos ali relva artificial. Se sem relva já é complicado imaginem relva artificial que não tem absorção.

Relva artificial não. Nós cuidamos do ambiente e queremos relva natural porque fica bem.

E já vi as árvores que lá colocaram. Eu fui trabalhar na sexta-feira após o feriado. Só que as árvores são tão pequeninas que realmente nem as consegui ver."

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰¹⁵

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰¹⁶

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁷

Muito boa noite Senhor Presidente. Cumprimento todos. Sobre este relatório eu gostava de transmitir aqui o seguinte: o Relatório é extremamente denso, há muito investimento na área imaterial, na área material. E eu começaria logo pela candidatura arrojada de Aveiro a Cidade Europeia da Cultura. É esta postura com que o executivo está de fazer Aveiro pensar mais alto e portanto ir mais longe é uma postura arrojada.

Eu acho que toda Aveiro vai estar implicada neste processo e também partilho dos comentários feitos na apresentação pelo tal Romeno, do que aquilo que efectivamente interessa é o que vai ficar na Cidade e a forma como a cidade vai viver na período antes de depois. E em relação a este aspecto não posso deixar de dizer, como aveirense, sinto que vivo numa cidade como se fosse capital europeia da cultura do que noutras cidades de Portugal.

Portanto estamos longe ainda do cenário de 2027, mas Aveiro tem já hoje uma intensidade do ponto de vista da actividade cultural que é ótima, é boa, traz muita gente, e enriquece-nos a todos e isso é um aspecto que eu acho que acontece por uma estratégia que está claramente a ser montada. O caminho é muito longo mas percebe-se todos os dias que há uma estratégia cultural para a cidade de Aveiro e ela é visível.

Pode ser melhorada. Com certeza que sim. Estamos no início de um caminho. Mas ela já existe e é muito mais forte que em muitas cidades do nosso país.

Eu ao ler este Relatório há aqui uma dimensão que me sobressaiu e que eu tive que ir para o meu excel pôr alguns números. Que é como em 82 dias de actividade, só investimentos em campos materiais e não considere aqui muitas rubricas, nesses investimentos de maior monta que aparecem aqui estamos a falar de lançamentos de obras, inaugurações, adjudicações, na casa de 13 milhões de euros. É notável.

É uma cidade que como já aqui foi dito ainda estamos em FAM, mas não foi da responsabilidade deste executivo. Este executivo está a resolver esse problema e tem este ímpeto de investimento. E o investimento público, como já aqui foi dito, é a ferramenta mais democrática que existe na nossa cidade.

E efectivamente é muito mais do que aquilo que aqui falou o deputado do Bloco de Esquerda, que é a redução da carga fiscal que se começa assistir em Aveiro e que não se assiste no país. Trate lá com o governo dessa parte porque dessa não usufruímos nada. Só aqui em Aveiro, porque as coisas estão arrumadas, estamos a assistir a alguma baixa de impostos. Mas deixe que lhe diga, com este ritmo e com este investimento, todos vamos beneficiar com isto. E isto também não vejo ao nível do país. Faça lá o que tem que fazer da sua parte porque essa dimensão está claramente em falha.

Para terminar gostava de deixar duas notas ao executivo. A primeira porque foi falado aqui da iluminação na zona do canal de São Roque. Eu há muito tempo o tenho dito e continuo a achar que a zona da Praça do Peixe devia estar mais iluminada. Eu desde há muito tempo, sempre que passei por ali, achei o nível de limosidade baixíssimo. E depois há ainda outra questão. É que colocam lá uns guarda-sóis mas mesmo de noite aquilo fica montado e ainda torna a zona mais escura. É sei que há pessoas que gostam da escuridão mas eu acho que aqui é uma zona prime da cidade e que se deve tratar disso.

Última nota tem a ver com a questão da piscina municipal que aqui também foi falada e com quem eu também já procurei estar informado com pessoas desta área. Eu espero sinceramente que não se perca aqui uma oportunidade em relação à piscina municipal — e eu já transmiti isso que é do ponto de vista do público, caso da piscina do Areiro em Lisboa, que é uma piscina que é vivida pela população em geral.

Se olharem para as piscinas nas cidades geralmente são ocupadas por escolas e alunos de competição. Mas há uma população em Aveiro que também quer usar um serviço de

piscina municipal. E portanto poder chegar às 6 ou às 7 da tarde depois de um dia de trabalho e poder ir fazer piscina é uma coisa que é difícil na maioria das cidades. E eu espero que esta oportunidade de irmos construir uma piscina municipal salvasse isto. Tenho dito."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[018](#)

"Boa noite a todos. Nesta intervenção sobre a Atividade Municipal gostava de falar um bocadinho sobre o Plano Estratégico para a Cultura. E referir que este Plano não teve oposição clara por parte de ninguém. O que é um bom princípio para esta caminhada que queremos que seja de todos.

Sobre a apresentação em São Jacinto da candidatura de Aveiro a Capital Europeia da Cultura de 2027, sobre ser em São Jacinto. Podia ter sido noutra sítio? Claro que podia. Mas assim foi diferente e a candidatura de Aveiro deve seguir esse princípio - ser diferente e afirmar-se pela sua diferença.

Se quisermos ser como os outros partimos muito atrás. Se quisermos melhorar e ter uma candidatura forte e ter uma candidatura, não apenas para melhorar Aveiro, mas em 2024 quando for a formalização da decisão Aveiro possa estar no sítio da decisão.

Queremos uma candidatura de Aveiro que seja uma candidatura de todos. Uma candidatura suprapartidária, uma candidatura das associações culturais do nosso concelho e que queremos que tenha a garra de querer e a história de Aveiro.

Nesta bancada gostaríamos que fosse uma candidatura inclusiva. Inclusiva dos valores ecológicos — e por isso lançámos esta candidatura (uma iniciativa muito feliz do executivo neste âmbito); inclusiva nos momentos de afirmação e defesa dos mesmos, e estou a lembrar-me do desfile LGBT; inclusiva das associações culturais de todo o concelho; e lembro o apoio dado a estas associações e os espectáculos apresentados e organizados por estas associações em todos os lugares do concelho. Com peças de teatro e momentos de criação própria; inclusivo do movimento desportivo dos nossos clubes, apoiados pelo executivo. Resumindo, que esta candidatura seja a demonstração do trabalho dos valores culturais levado a cabo por todos e em todos os pontos do concelho.

Aveiro cidade candidata a Capital Europeia da Cultura 2027 — é e tem que ser uma candidatura de todos e para todos.

Gostava também de referir algo sobre a Maratona Europa em Aveiro. Foi uma aposta forte e é mais uma imagem de marca deste executivo, da marca para Aveiro. Referir as quase 4 horas em canal aberto da cobertura que nessa manhã Aveiro teve.

Sobre as obras falar de duas ou três e gostava antes de falar de obras, citar alguém que disse que "abençoados os incomodados com as obras".

Desejava referir a obra de saneamento nas Agradas do Norte em Esgueira, por a sua efectivação estar a ser feita, pois foi adiada por muitos anos de mandato para mandato e agora é obra feita.

Sobre as obras na estrada de São Bernardo e em Aradas, gostaria de referir e deixar aqui o meu apreço e registo do cuidado por parte das empresas que estão a fazer a obra. Cuidado em causar o mínimo de dano aos cidadãos, nomeadamente no corte das vias de comunicação.

Sobre o corte de árvores, Senhor Presidente. Já falámos sobre isso na primeira reunião desta sessão, mas parece que não ouviram. Gostava então de ouvir aqui mais uma vez se havia ou não havia relatório técnico. Saber se aquelas árvores estavam em risco de alguma coisa. E por exemplo, saber se aquela árvore que caiu no parque infantil do Infante Don Pedro (que caiu), mas se caísse sobre alguém de quem era a culpa?

Senhor Presidente sobre as árvores que se cortam ou que se podam, gostaria de saber, pedir ao executivo, se existe esse relatório que falou apenas sobre estas árvores ou se foi mais denso e se refere a outras árvores da cidade. Porque há mais ruas na cidade onde na minha vista não técnica, muitas árvores estão em risco de queda. Na zona do Hospital entre o Hospital e o ISCA sempre que há ventos caem ramos sobre os carros. Penso que o relatório técnico deve ser sobre mais árvores para saber se as pessoas e os seus bens estão em segurança ou não."

Presidente da Mesa⁰¹⁹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁰

"Muito obrigado a todos. Rui Alvarenga e outros colegas que falaram da rotunda do ISCA. A rotunda está bem. Funciona muito bem. As medidas complementares que tomámos a semana passada achamos que até são exageradas, não concordamos com todos, mas enfim somos parceiros da nossa Universidade. Estão tomadas e, portanto, está a funcionar muito bem. O problema de alguns é a pena de termos conseguido a obra. Era um objectivo da Câmara com mais de 30 anos. Funciona muito bem, tenha-mos nós mais peões, mais ciclistas, aqueles que têm problemas desta natureza incentivem as pessoas, os peões, a passar na passagem superior que está ali mesmo ao lado. Em vez de atravessarem nas passadeiras da rotunda passem na passagem superior. Siga, vamos embora para a frente, temos uma excelente obra, ganhámos fluidez, ganhamos segurança também, porque hoje está provado que os semáforos nos cruzamentos é onde existem acidentes mais graves por alguém que passa no sinal errado.

Rui nós ouvimos a Ciclaveiro a Mubi e toda a gente. A Mubi tem as razões que tem. Por isso é que saiu da Ciclaveiro. E tem relações partidárias. Não vale a pena estar aqui com conversa da treta. Eu não me vou é repetir porque me canso a mim e canso a vocês e eu não vos quero cansar. Apenas governar bem o nosso município.

Aquela rotunda está discutida, pensada, desenhada, pela equipa técnica da Câmara e pela equipa técnica da Universidade de Aveiro, e pelo nosso projectista.

Nenhumas das associações que aqui evocaram tem um único técnico competente nesta área. Mas dizem umas coisas e essencialmente se for contra a Câmara, está-se bem. Mas vamos lá fazer demonstração de competências e acabar com esta conversa da treta. A nossa foi a equipa técnica da Câmara composta por três engenheiros; equipa técnica da Universidade três especialistas; equipa técnica do projectista que fez que são doze engenheiros.

São todos bons e sabem tudo? Seguramente não. Mas vamos lá ver a equipa técnica da Mubi e da equipa técnica da Ciclaveiro. Deixemo-nos de demagogia barata e andarmos aqui com movimentos para nos fazerem oposição. Nós estamos aqui para ouvir toda a gente, mas depois temos que tomar boas decisões para fazer bem e nome da lei e das regras que o país tem.

O corte das árvores. Eu peço desculpa ao Rui e ao Pedro, mas já chega. Vocês faltaram na primeira reunião (faltaram porque é a vossa vida com certeza), mas já chega. Não vou andar aqui a repetir as mesmas coisas em todas as reuniões sobre as árvores.

Apenas deixar nota para as questões novas da Ana Maria. Apenas dizer que as três árvores que plantámos junto do Tribunal, naquele pequeno rectângulo, o seu nome popular é árvores de Júpiter. Tem um porte de 4 ou 5 metros, não têm mais. Dão uma flor lindíssima. Cor do PS quando está bonito e bem iluminado. Foi uma simpatia da nossa parte para consigo para que um dia venha a gostar daquelas árvores. Elas são pequenas

porque como tudo na vida nasce pequeno. Qualquer dia temos esta malta contra as crianças porque querem que elas nasçam adultas.

Plantar árvores adultas tem uma baixíssima viabilidade técnica. É como na vida. É assim que se trabalha. Há agora para ai uns rapazes que querem plantar árvores grandes. É um disparate técnico, é um absurdo financeiro e não é assim que se trabalha.

Apenas há um problema em Aveiro. O nosso parque arbóreo foi plantado há muito tempo. Só que ninguém mais cuidou dele. Foi plantado fora das regras que hoje exigimos. Não se pode plantar uma árvore num passeio que tem um metro de largura. Metro e meio já é uma largura no limite mínimo. Se tiver metro e meio não pode ter árvore nenhuma no meio. Deixemos de conversa da treta e de demagogia e vamos fazer as coisas bem que é como nós fizemos. No dia daquele folclore todo por causa das árvores do Tribunal que tiveram de ser cortados por questões sanitárias, de segurança das pessoas, com várias reclamações a chamarem a atenção "Senhor Presidente, isto um dia vai cair" e as pessoas que trabalham no Tribunal têm uma sensibilidade maior para a justiça. Felizmente fomos nós a pô-las abaixo. Mas caíram muitos ramos antes de nós as pormos abaixo. Felizmente nunca nenhum caiu no momento errado.

Nesse mesmo dia fui eu, eram cerca das duas da manhã, entregar em mão o relatório escrito ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre essa matéria. Porque vi disparates demais. Cenas chocantes. Vi um colega nosso que já não vem aqui há meses, que além de ser membro desta assembleia é deputado do país, a fazer uma figura ridícula, aliás com um ex-membro do governo que saiu por má figura, os dois a fazerem uma cena ridícula, com um repuxo. E não foi repuxo nenhum. Foi uma ruptura de água que acontece às vezes.

E lamento imenso que pessoas que deviam estar aqui a trabalhar, faltam há meses, são deputados e fazem figura ridícula, e que foram governantes e que não prestigiaram o país e saíram por má figura. Mas vão para o facebook tirar uma selfie com o repuxo e escreverem coisas ridículas. Assim não se faz Aveiro. Assim não se dão bons exemplos a todos nós. E devemos dar exemplos bons.

Nós vamos continuar a governar com diligência, com cuidado, procurando errar o mínimo e chegar antes que elas caiam.

Pires da Rosa, aquilo que o Manuel Prior disse em relação à tal árvore do Parque, ela caiu antes de nós chegarmos. Tive uma sorte eu. Vocês estão todos bem. No dia em que acontecer um problema são estas costas que vão ter o problema. Expliquei isso em Mamodeiro, não vou repetir. A verdade é só esta. É que ela caiu antes do tempo. Tivemos sorte porque caiu para o lado certo e no momento certo. Se caísse para o outro lado e matasse uma criança que fosse, eu queria ver o que cada um de vocês que anda sempre a destilar fel por causa disto, o que é que iria dizer do nosso presidente ser irresponsável e daí para baixo. Aquela árvore estava cadastrada para ser abatida e ia ser abatida, mas caiu antes do tempo.

Esta semana fizemos um acordo em Tribunal que vai ser pago para a semana. Uma árvore caiu em cima de um cidadão, que o tornou incapaz a 60% em 2010, e a Câmara na altura tratou aquilo com os pés, como era normal na altura. 250 mil euros de indemnização e fizemos um acordo porque achámos que a probabilidade de perdermos a acção era muito alta, de 90 mil euros de indemnização, assumindo nós 45 mil euros e a nossa seguradora 45 mil euros.

Foi uma árvore que caiu no momento errado ao lado da urgência do nosso Hospital. É evidente que na altura não havia facebook, o Bloco de Esquerda era irrelevante, o PAN ainda não tinha nascido, o PCP ainda não estava contaminado pela má vivência do Bloco de Esquerda. Mas o mundo mudou tanto em nove anos, mas ficam a saber se o Senhor

Presidente quiser e algum de vocês também a cópia do processo, eu dou o processo para que vocês vejam o que é uma Câmara irresponsável.

E um cidadão que sofreu o que sofreu, 60% de incapacidade, espera nove anos (não sei se algum de vocês tem a noção) à espera de justiça.

Tenho muito gosto em ter decidido quando a jurista chegou ao pé de mim na reunião e perguntou "presidente fecho o acordo?". Discutimos o assunto obviamente. Estamos a falar de 45 mil euros, é muito dinheiro. Mas perante o risco alto de perdermos e 250 mil é mais que 45. Achei que já chega, ainda por cima um cidadão novo, ter uma maleita grave para o resto da sua vida, e a nossa Câmara andar a litigar em vez de andar a cuidar das árvores.

Nós andamos a fazer isso. Temos uma avaliação permanente e vamos intervindo. Repito, são muito mais as que plantamos do que as que abatemos.

As que abatemos são apenas em razão do seu estado sanitário e da segurança dos cidadãos. Não há mais nenhum motivo ou critério que nos leve a abater uma árvore. Como é óbvio somos gente de bem e o trabalho é feito com competência técnica e não andamos com maluqueiras.

Portanto solicito ao Senhor Presidente que possa disponibilizar o relatório que lhe entreguei em cópia, nomeadamente ao Pedro Pires da Rosa que a solicitou.

Orçamento participativo. Vamos ter. Vamos lança-lo na época das férias.

David Silva, enfim, o PCP à Bloco de esquerda lá vai definhando de eleição em eleição. Mas pronto. Vai da candidatura da ciclovía para o Rossio e pronto. Dizer só o seguinte.

Não há nenhuma passagem aérea na passagem da ciclovía. Deve andar aí a ver filmes estranhos quaisquer. Não há nenhuma passagem aérea na ciclovía. Dar-lhe conta e já o expliquei por que é que a antiga N109 não deve ter ciclovía. E não vai ter em lado nenhum traçado para ciclovía. Seria um grave disparate.

O Rossio. O projecto do Rossio está a ser ultimado. Vamos lançar brevemente o concurso. O que vimos lá acontecer agora foi depois de chegar o parecer do Ministério da Cultura que demorou uma carrada de meses, embora o nosso arqueólogo também demorou muito tempo a apresentar a proposta técnica para proteção do achado. Logo que isso chegou tivemos o processo administrativo para contratar os empreiteiros para fazer o tapamento com tela geotêxtil e o levar das terras para depósito que fica acto eterno para que se algum arqueólogo quiser estudar o possa fazer. Portanto é isto que ocorreu. Não há nenhum embargo. Ah, e o projecto do nosso arqueólogo foi aprovado sem espinhas. Apenas com o granel todo, a direcção regional de cultura do centro não o quis aprovar e mandou-o para Lisboa para a DPC.

Quanto à praça do peixe e à violência. Temos de continuar a trabalhar para que tenhamos uma PSP competente. Ainda recentemente tive uma reunião com o Senhor Ministro e o Senhor Secretário de Estado e fui muito claro. Como a reunião foi privada foi muito mais claro do que sou aqui. É das vergonhas do actual governo porque não conseguiu resolver o problema da falta de qualidade e de segurança que temos na nossa cidade. Há outras mas esta para mim é a mais grave.

E não vale a pena Ana Maria. Nós temos uma boa rede social a trabalhar com os sem-abrigo. Muito boa mesmo. Mas não vale a pena. Está provado que há qui uma fronteira entre os sem-abrigo e os arrumadores que transita não da acção social mas do crime. E mais o Senhor Ministro deu-me informações muito importantes (não as posso revelar como compreendem) sobre aquilo que o Governo do país já assumiu para trabalhar esse fenómeno com muita complexidade, que o fenómeno ligado a redes de crime grandes e muitíssimo poderosas. E, portanto, fiquei satisfeito com essa parte, espero que obviamente naquilo que respeita à qualidade das operações as coisas melhorem muito, porque estamos muito longe.

O projeto da Avenida está quase pronto. Estamos mesmo nas notas finais para lançar o concurso público da obra muito proximamente também.

A UrbAveiro o David está um bocado perdido. A UrbAveiro já acabou há muito tempo. Portanto há aí um equívoco qualquer deve andar baralhado.

Devo dizer que quanto à AveiroBus continuamos à espera que o Bloco de Esquerda me envie as queixas que recebe! E nessa prestação continua um grandíssimo zero.

O António Neto tem um problema existencial. Diz que não sabe de nada. Eu acho que é um problema do António Neto que agora anda com aquela baralhação se o Costa quer continuar com o Bloco no Governo ou se o Costa quer governar com o Rio.

Portanto anda todo baralhado porque eu acho que esta Assembleia sabe tudo. Discutimos aqui tudo e portanto esperamos que o António Neto traga algum assunto que nós não abordámos. Faz favor. O Bloco que é recordista em moções, anda sempre a disputar com o PAN, mas neste momento o Bloco é que vai à frente do PAN, seguramente na próxima Assembleia o PAN vai responder também com uma carrada delas, acho que nisto ninguém tem dúvidas. Nestes quase dois anos de mandato temos uma Assembleia aberta, uma Câmara presente. Falamos de tudo e portanto se não sabe de nada é porque de facto anda a dormir e agora anda preocupado com o Rio poder ir para o governo. Porque é mesmo isso a que ele se anda a candidatar, que é substituir a Catarina Martins.

Quanto à Ponte sobre a Ria, sim. Vamos fazer mais uma ponte. Eu já expliquei a dupla ponte da eclusa. Uma segunda ponte. Mas não é para os hoteleiros. O meu amigo também vai poder passar. Vai ser uma ponte democrática onde todos e também os do Bloco podem passar. Não tem portagem e os colegas do Bloco também podem atravessar.

O projecto da 25 de Abril. Há sempre um pressuposto nos projectos que é um pressuposto de avaliação. E quando há coberto vegetal o pressuposto primeiro e que fica escrito na primeira acta da reunião, é o pressuposto da manutenção daquilo que existe. Depois há trabalho de avaliação e análise e depois chega-se ao fim. A Rua da Pêga é um bom exemplo disso. Vão ver que há árvores que vão ficar e outras que vão sair. Temos uma excelente equipa projectista e portanto estamos tranquilos. A esse nível e sempre fazendo de forma aberta.

O António acha que vamos derreter meio milhão! Ficámos hoje a saber que o Bloco de Esquerda é contra o Festival dos Canais! É mais uma novidade. Mas quero informar o António que, primeiro não vamos derreter coisa nenhuma. Vamos investir quase meio milhão de euros. Num Festival importantíssimo. Que atingiu um patamar no ano passado muito alto. Tem hoje uma acção de marketing fortíssima de todos os valores culturais que promove a nossa cidade e o nosso município e a nossa região. Portanto é um investimento e é assim que o vemos. E nem contar sabe veja lá bem. E portanto dar-lhe nota que de quarta a domingo são 5 dias de Festival. Não sabe porque anda a dormir na forma e anda preocupado com o Rio. Está nos jornais, está no site da Câmara, são 5 dias. Toda gente sabe o programa do Festival dos Canais menos o António Neto que nada preocupado com o Rui Rio.

Dr. Raúl Martins. Há uma coisa que é importante e que eu não me canso de repetir. A limpeza das ruas e a boa gestão da recolha de resíduos, a boa gestão de águas e esgotos, a boa gestão da estrada onde circulamos de carro não é trabalho da Câmara — é trabalho de todos.

A Câmara tem uma função especial e específica claro que sim. E queremos fazê-la bem. E obviamente que queremos fazer muito bem. Mas há um trabalho de todos nós especialmente na estrada. Nós cada vez mais vemos pessoas a fazerem asneiras. A sinistralidade rodoviária está a crescer muito pelo terceiro ano consecutivo, quando vínhamos num decréscimo bem acentuado. E portanto é preciso pararmos para pensar. E não é só o automobilista. O peão também. O peão ao abordar uma passadeira deve fazer o

que manda a regra que é olhar primeiro para o lado donde vêm os carros e não andar a olhar para o telemóvel ou atirar-se e o automobilista que tome cuidado.

Portanto há um trabalho de consciência cívica de todos nós que é muito importante para melhorarmos a forma como andamos na estrada.

E portanto, dizer houve um acidente no sítio X, a culpa foi do Presidente. Portanto é uma coisa muito na moda, mas temos de ter bom senso para abordarmos todas estas questões.

Senhor doutor, eu fornecerei a informação que pediu em termos financeiros, obviamente que fornecerei.

Mas basicamente o que há é o serviço da dívida. Pagamento ao FAM. É o primeiro ano que vamos pagar empréstimo. Além do serviço de outros empréstimos que vão chegando ao fim. Mas facultarei toda a informação que solicitou como é evidente.

Jorge Greno os painéis. Há trabalho em curso. Uns mais pontuais e outros mais globais. Os painéis do túnel de Esgueira vão estar integrados na obra de requalificação que vamos fazer entre a nova rotunda e a do lado da Avenida da Força Aérea. E obviamente uma das requalificações é a qualificação do painel.

Quanto às Estátuas. Estamos neste momento a lançar procedimento para termos uma empresa para intervir em cerca de vinte. Foi muito difícil fazer o projecto. Muito difícil. Imaginem o projecto para recuperar uma estátua. Peguem na que quiserem. José Rabumba, Santa Joana, José Estevão, temos várias e cada uma delas tem as suas questões. Cada uma é feita no seu material. A empresa que fez o trabalho é uma empresa da especialidade. Esperemos que corra bem a compra do serviço a uma empresa também da especialidade para nos fazer as várias intervenções e seguirmos para outras fases porque obviamente queremos tratar bem desta componente.

Quanto à relva artificial estamos de acordo. Estamos de acordo. Vamos por relva artificial ano novo campo que a Câmara vai construir no recinto da Cidade do Futebol. Vamos por também dois dos três campos que estamos para adjudicar junto ao EMA e que vamos protocolar com o Beira-Mar. Gostamos muito da relva sintética.

Nos espaços ajardinados nós preferimos a natural. Mas obviamente vamos ponderar essa matéria. Em situações que estamos a aumentar ajardinamento a relva em certas situações é contra indicada. Vamos usar por exemplo juníperos ou outras espécies vegetativas que ficam sempre verdes precisando apenas da água do ar. Portanto essa abordagem da poupança da água é muito importante e estamos a fazê-lo já em vários locais.

Vamos continuar a investir. Temos projecto fechado no Canal de São Roque, tanto do lado da Beira Mar como do lado da IP5. Numa zona vai haver substituição de luminárias e noutra vai haver colocação de luminárias novas. Vai entrar em obras o túnel da Estação. Houve obras recentes no túnel da Sé com substituição de luminárias porque a infraestrutura estava bem.

A instalação do mobiliário urbano vai começar no mês de Julho. É uma operação de relojoaria brutal e monumental. Tem dado uma trabalhadeira, mas está-se nos actos preparativos para seguir para o terreno.

O Fernando Nogueira ia falar dos grandes assuntos que estão por discutir e ficámos a saber que para ele o grande assunto é a rotunda do ISCA e a das Agradas!? Pronto, porreiro.

Mas olhe nós andamos a tratar de outros assuntos como a revisão do PDM; estratégia para a cultura; capital europeia da cultura; Aveiro Steam City; pacote monumental de obras; recuperação financeira da Câmara; tantos outros assuntos.

Enfim, o nosso Fernando teve esta falta de jeito. Há muito tempo que não tem cá o vosso líder parlamentar da bancada cá. Enfim, ser líder não é propriamente fácil.

Fernando, vamos embora. Para si quais são mesmo os grandes assuntos? São estes que tocou. Esteja à vontade, gostamos imenso de discutir os grandes, gostamos imenso de

discutir os pequeninos, gostamos de discutir todos. Somos uma Câmara aberta. Estamos aqui para trabalhar convosco. Seja nas reuniões seja fora das reuniões.

Estamos sempre ao dispor de toda a gente.

Feira do Livro no Manuel Firmino. Nós gostamos da Feira do Livro no Manuel Firmino. E tem corrido bem a adesão e de uma forma crescente. Tivemos um balanço muito positivo na edição deste ano. Mas se tiver aí uma ideia de um local que queira partilhar connosco vamos pensar nisso. Mas eu sei que está à espera que acabe a obra do Rossio e que lá seja o sítio ideal para fazer a Feira do Livro. Eu sei que tem essa perspectiva. É uma ideia que vamos analisar no futuro. Mas por agora sentimo-nos bem no Manuel Firmino.

Levar este tipo de eventos par o Manuel Firmino tem sido uma boa aposta. Mas obviamente disponível para pensarmos noutros locais nomeadamente as suas ideias, eu já lancei uma para estimular a sua reflexão.

Só uma nota para o Bairro da Misericórdia que foi uma obra que adjudicamos agora. Ganhou a empresa que ganhou a Rua da Pêga. Obviamente tiraram ali vantagens de custos de estaleiro. Adjudicamos na reunião de Câmara de ontem. Está no Tribunal de Contas à espera de receber o Visto. Seguramente que o empreiteiro conjugará ali a gestão das duas obras.

Fernando Marques, dar só uma nota. Os 73 mil euros são o custo do projecto do Teatro Aveirense. Temos uma estimativa grosseira dos 800 mil euros, mas há.de andar a obra na casa do milhão.

Casimiro Calafate, muito obrigado pela sua intervenção sobre esta matéria tão importante. Olhem, eu gosto muito de falar das nossas associações. Porque muita gente que não é capaz de dar uma hora às associações, que não é capaz de agarrar uma caneta e assumir o risco de ser dirigente e arriscar as suas contas pessoais para garantir o prosseguimento das associações, anda a pregar a participação pública.

Eu gosto sempre muito de falar das nossas associações. Porque aí sim está a participação cívica activa. Importantíssima. No desporto, na cultura, no ambiente, em tantas, tantas, áreas. E desporto é seguramente uma dessas áreas. Com um trabalho de interesse público imenso. Temos muito gosto em sermos parceiros institucionais. Pegando na frase do Fernando Nogueira, é um dos grandes assuntos que nós temos sempre para debater é o apoio às associações e a cooperação com as nossas associações, que depois de ter entrado na penumbra voltou com grande esplendor e voltou muito bem.

Casimiro Calafate o pavilhão multiusos se quiser eu dou-lho. Custou uma fortuna, está para lá impresso. Ainda tentámos estudar aquilo para ver o que se podia aproveitar. Mas naturalmente as técnicas dum multiuso 17 anos depois não tem nada a ver com aquilo que lá está. Excelentíssimo projecto devo dizer. Com uma estimativa absurdamente alta mas pronto.

Nós vamos por outro lado. Mas se quiser até para deleite. É um excelentíssimo projecto feito por um reputadíssimo arquitecto, mas que hoje não lhe podemos pegar.

Vamos lançar um concurso do pavilhão. É um triplo pavilhão a construir ao lado do EMA e a seguir lançaremos concurso para projecto da piscina municipal que ainda não tem localização definida, mas que vamos apontado cada vez mais a envolvente do EMA também para obter a sua optimização.

Quanto às boas contas. Casimiro, peço desculpa. As nossas são boas. As do governo é que não parecem. Nós reduzimos os impostos aos cidadãos e aumentámos brutalmente o investimento e reduzimos a dívida permanentemente

O governo aumenta os impostos. Aumenta a dívida e não há investimento do Estado. Ainda hoje tive mais uma reunião com a administração do IP para saber quando é que começam a obra de requalificação do troço da N235 para acabar com aquele inferno que é passar o cruzamento da Bica. Olhem, o último acidente mortal em Aveiro foi no cruzamento da

N235 com a auto-estrada A1. O governo anda há dois anos e não despacha, não se entende, é esta a nossa vida. Ainda hoje tivemos mais uma reunião. Espero que apareça, mas já esperamos há muito tempo. Muito obrigado."

Presidente da Mesa:[021](#)

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN)[022](#)

Vogal António Neto (BE)[023](#)

Vogal Raúl Martins (IND)[024](#)

Vogal Fernando Nogueira (PS)[025](#)

Vogal Pires da Rosa (PS)[026](#)

Presidente da Mesa[027](#)

"O Senhor deputado Pires da Rosa entregou um requerimento sobre o assunto à Mesa da Assembleia. A Mesa da Assembleia não obstante aquilo que foi aqui dito pelo Senhor Presidente fará chegar esse pedido de informação."

Vogal Francisco Ferreira (PPD/PSD)[028](#)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)[029](#)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[030](#)

Presidente da Mesa[031](#)

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa deu como concluída a apreciação do documento sobre a Atividade Municipal de 26MAR19 a 17JUN19.

Ponto 9 – Apreciação e votação do pedido de isenção de IMT – Parque Escolar, E.P.E.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 09/05/2019, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação do documento.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[032](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Brincando dizer-vos que é uma ajudinha à Parque Escolar, porque é uma empresa falida. Não brincando, pronto é pôr em termos administrativos bem, uma situação normal que obviamente a Câmara sempre isentaria uma entidade do Estado para fazer uma escola.

E, portanto, neste caso foi a transferência do património do ministério da educação para uma empresa que foi alvo de tributação de IMT porque não trataram do processo administrativo e estão a tratar agora. Esta tudo muito bem.

O que está mal é o país ter tido uma Parque Escolar que foi um absurdo e que já toda a gente a matou, mas ainda não acabou. E aqui está uma prova desta coisa inacreditável que foi a Parque Escolar, ainda não acabara, com ela.

Mas pronto da nossa parte Senhor Presidente é só isto. É honrarmos o nosso compromisso e isentarmos. Como diria o Primeiro-ministro Mário Soares "isentem lá os rapazes". E pronto a gente propõe isentar os "rapazes" da Parque Escolar."

Membros da Assembleia

Vogal Raúl Martins (IND)⁰³⁴

Vogal Simões Oliveira (PS)⁰³⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁶

(Entretanto saiu da sala o vogal António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto.)

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou⁰³⁷ à votação a Ponto 9 – Apreciação e votação do pedido de isenção de IMT – Parque Escolar, E.P.E., sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta e quatro votos a favor, (PSD16+CDS6+IND1+PS9+PCP1+PAN1), uma abstenção (BE), zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Ponto 10 - Apreciação e votação de oito Propostas de Recomendação apresentadas pelo BE:

- a) **Adoção de luzes LED "amarelas" e abandono das LED "brancas" que podem aumentar o risco de cancro;**
- b) **Pela prioridade e realização das obras prementes nas habitações sociais propriedade do IRHU no município de Aveiro, nomeadamente no Griné e Caião;**
- c) **Criação de um observatório municipal da habitação;**
- d) **Candidatura do Município de Aveiro ao Programa Primeiro Direito;**
- e) **Que o alojamento, permanente ou temporário, de animais nas habitações sociais propriedade do município de Aveiro seja definido pelas normas gerais da lei da república;**
- f) **Que a renda mínima para as habitações propriedade do município em regime de arrendamento apoiado, seja fixada em 1% do indexante dos apoios sociais;**
- g) **Critérios preferenciais e de desempate para famílias monoparentais ou que integrem menores, pessoas com deficiência ou com idade igual ou superior a 65 anos, ou para vítimas de violência doméstica no regulamento municipal das habitações sociais propriedade do município de Aveiro;**
- h) **Regular o alojamento local pela protecção das pessoas e do direito à habitação.**

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra⁰³⁸ ao proponente das propostas de recomendação para apresentação dos documentos.

Vogal Júlia Correia (BE):⁰³⁹

"Senhor Presidente de Câmara, Senhoras deputadas e Senhores deputados e demais presentes. Cumpre-me agora apresentar estas propostas do Bloco de Esquerda. É um dado

inquestionável que o acesso à habitação tem vindo a ficar cada vez mais difícil no país e, em particular nas áreas mais urbanas. O concelho de Aveiro, além de não ser excepção a esta tendência tem sido um dos concelhos onde o preço da habitação mais tem aumentado. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística no ano 2018, o preço da habitação no país subiu 10,3%. E esta semana o site Idealista indicavam uma subida de 26,5% do preço da habitação no concelho de Aveiro durante o último ano.

Não há sem qualquer dúvida que esta subida de preços coloca em risco o cumprimento do direito fundamental à habitação. Perante este agravamento no preço da habitação em Aveiro, o responsável máximo pela autarquia, não só saúda a subida dos preços e sobreaquecimento do mercado imobiliário, como se demite do seu papel na definição de políticas públicas municipais que garantam o direito à habitação.

Não esqueçamos que a seguir às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto Aveiro, é um dos concelhos com maior número de pessoas a realojar. São 227 famílias a precisar de respostas neste domínio de acordo com um levantamento nacional das necessidades de realojamento habitacional de 2018. Face a esta problemática saudamos a Lei de Bases da Habitação que consagra a função social da habitação e que foi aprovada hoje no Parlamento, não obstante os votos contra do PSD e do CDS.

Mas trazemos também esta Assembleia oito propostas para começar a responder aos problemas que identificámos no âmbito do direito à habitação. Estas propostas já foram apresentadas há várias semanas e dispõem de fundamentação e de dados. E estamos certos que foram lidas com atenção, pelo que vamos apresentar aqui apenas os seus aspetos essenciais.

Três das propostas que apresentamos dirigem-se o setor da habitação social. Neste campo não podemos deixar de reconhecer a importância da reabilitação de fogos sociais que tem vindo a ser feita por esta Câmara Municipal. Vindo ao encontro de uma reivindicação de há muito do Bloco de Esquerda e que mostra que é possível uma câmara responder a necessidades sociais. Também aqui hoje esta assembleia pode fazer a diferença e acolher as presentes propostas que apresentamos agora.

Indo a três dessas propostas dirigidas ao sector da habitação social, começo por referir a proposta identificada com a alínea g) nos documentos apresentados e nesta proposta pretendemos que seja vertido no regulamento municipal que famílias monoparentais ou que integrem menores, pessoas com deficiência com idade igual ou superior a 65 anos ou que sejam vítimas de violência doméstica, constem como critério preferencial na atribuição de habitação em regime de arrendamento apoiado.

Pretendemos ainda que estes critérios sejam considerados como factor de desempate, nomeadamente no caso das vítimas de violência doméstica. Actualmente estas normas constam da lei, mas no regulamento municipal é referido que são definidas concurso a concurso. Sendo que no concurso municipal lançado este ano, o critério da violência doméstica, ao contrário dos restantes, não servia de desempate. Queremos que deixe de ser assim e que as vítimas de violência doméstica tenham todo o reconhecimento por parte desta autarquia. Esta foi, aliás, uma reivindicação de movimentos populares e de uma associação feminista em Aveiro.

Na proposta identificada como f) propomos que o valor da renda mínima em regime de arrendamento apoiado seja estipulado pelo valor mínimo previsto na lei da república. Isto é, que seja reduzido de 5% para 1% do indexante dos apoios sociais.

O valor da renda em regime de arrendamento apoiado é calculado de acordo com os rendimentos do agregado familiar, o que faz com que a renda mínima seja atribuída apenas às famílias com rendimentos muito baixos. A definição do valor da renda mínima é uma opção política e cumpre-se e a cumprir-se a nossa proposta, a perda de receita para autarquia seria residual. Contudo, os ganhos para as famílias seriam significativos, na

medida em que menos apoio nas rendas implica para estas famílias ter de procurar outros apoios ou recorrer a outro tipo de subsídios que existam. Discordamos da definição de um valor que penaliza as famílias e defendemos que este valor seja fixado pelo valor mínimo da lei da república, como forma de garantir o direito à habitação adequada aos agregados familiares com rendimentos mais baixos.

Já a proposta é parte de uma constatação. Em todo o país estão impedidos de deter cães de raças consideradas perigosas indivíduos sem idoneidade. Ou seja que tenham sido condenados por crime de homicídio por negligência, por crime doloso contra a vida, contra a integridade física, a liberdade pessoal, liberdade e autodeterminação sexual, crime contra a saúde pública ou a paz pública, tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, crimes pelo tráfico de pessoas, tráfico de armas, crimes contra animais de companhia ou por outro crime doloso cometido com o uso de violência.

Em Aveiro a estes indivíduos juntam-se também os moradores dos bairros sociais. As leis da república dispõe já de um conjunto de normas de segurança e de obrigatoriedade de treino aos detentores deste tipo de cães, bem como de disposições especiais de segurança nos alojamentos. Isto para além de outras normas restritivas e de condições de higiene-sanitárias obrigatórias. Ora, trata-se de uma discriminação inaceitável que as normas do regulamento municipal da habitação imponham aos moradores dos bairros sociais uma proibição destinada a pessoas condenadas por crimes graves.

Consideramos que a estes moradores, a estes cidadãos de pleno direito, devem ser aplicadas as normas da lei da república como aos demais cidadãos.

Na proposta alínea b) apresentamos uma recomendação para que o município de Aveiro se candidate ao programa 1º direito. Este é um programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõe de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada. Ribau Esteves declarou que não iria recorrer a este programa, porque a verba total era baixa. É verdade que a verba é reduzida e, por isso mesmo em sede de Orçamento de Estado, o Bloco de Esquerda foi o único partido a propor o aumento da verba. No caso propusemos que fosse aumentado para o dobro. Esta proposta contou apenas com o apoio do PCP, pelo que nesta matéria estamos de acordo com posição crítica de Ribau Esteves em relação ao Partido da sua coligação, que não propuseram nem um aumento desta verba nem apoiaram que a mesma fosse aprovada. No entanto, mesmo sendo um valor baixo, consideramos que a autarquia se deve candidatar a este programa porque para as pessoas que precisam urgentemente de realojamento e de condições dignas de habitação todas as verbas, mesmo quando pequenas, podem fazer a diferença. O objetivo deste programa é importante e, como tal, consideramos que o município não pode ficar de fora.

Apresentamos de seguida, duas propostas relacionadas com o impacto das atividades económicas no direito à habitação. Na proposta alínea c) pretendemos a criação de um observatório municipal que estude e avalie vários fatores ligados à habitação, com o objetivo de preparar políticas com base nessas informações, nomeadamente no que respeita ao licenciamento de alojamento local e empreendimentos hoteleiros.

E na proposta da alínea h) propomos a suspensão de novas licenças de alojamento local nas freguesias urbanas do concelho durante um ano no sentido transpor para o regulamento municipal o novo quadro legal que inclui a fiscalização e levar à Assembleia Municipal a criação de zonas de contenção.

De acordo com os dados do site do Turismo de Portugal, no concelho existem 377 estabelecimentos de alojamento local com capacidade para 2.656 utentes, sendo que é em Glória/Vera Cruz que se concentra a quase totalidade desses estabelecimentos. Com efeito esta é uma realidade que inflaciona os preços de mercado habitacional o que dificulta o

acesso à habitação e que não cumpre a função social da habitação. Daí estas duas nossas propostas.

Temos ainda uma recomendação dirigida à qualidade do habitat. Isto é, no contexto territorial e social exterior à habitação. E na qual consideramos essencial para a sustentabilidade do planeta dotar o espaço público com lâmpadas eficientes de LED.

No entanto, em Aveiro, estão a ser colocadas lâmpadas Led brancas que, de acordo já com vários estudos que têm surgido, tem efeitos nefastos na saúde e no conforto humano, pelo que com a proposta alínea a) propomos que sejam adotadas luzes amarelas em detrimento das brancas.

Por fim, apresentámos uma moção designada na alínea b) a defender a prioridade à realização das obras prementes nas habitações sociais propriedade do IRHU no município de Aveiro. Nomeadamente no Griné e no Caião. Defendemos ainda nesta proposta a inversão da política do IRHU para uma política de habitação social progressiva, com a criação de mais fogos sociais em Aveiro.

Em suma, estas são as oito propostas que trazemos aqui para discussão e consideramos que é fundamental abrir o debate sobre políticas públicas para responder às dificuldades na concretização do direito à habitação. E este é o contributo do Bloco de Esquerda para esta Assembleia."

(Entretanto reentrou na sala o vogal António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto)

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN)⁰⁴¹

Vogal Raúl Martins (IND)⁰⁴²

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁴³

Presidente da Mesa⁰⁴⁴

Vogal Simões Oliveira (PS)⁰⁴⁵

Vogal Marília Martins (PS)⁰⁴⁶

"Muito boa noite a todos. Eu vou gastar a minha energia realmente em me debruçar sobre as propostas que foram trazidas aqui pelo Bloco. E sejam quais forem as propostas que tenham trazido terei sempre o mesmo respeito a analisá-las e a discuti-las como tenho pelas propostas que o executivo traz. E acho que é para isso que aqui estou e foi para isso que fui eleita. E certamente que o meu partido também se identifica com isso.

É uma matéria que, a única crítica construtiva que eu quero fazer é que de facto, são muitas propostas e todas elas muito importantes do meu ponto de vista. Aliás eu partilho a filosofia que o Senhor Presidente à bocado falou, nós estarmos envolvidos na participação cívica e sermos envolvidos em associações, entidades e instituições e isso responsabiliza-me mais. Eu não posso esquecer disso. É a minha vida e é o meu dia-a-dia. E por isso eu só goste de falar e de dar o meu testemunho e contributo, quando de facto as matérias me dizem mais respeito e fazem parte da minha vida e do meu dia-a-dia como cidadã e como profissional.

Aqui faz todo o sentido referirmos isso. E por isso é que eu só tenho pena, porque realmente todas as propostas, li atentamente todas elas, têm uma matéria importante. E aqui gostava de realçar a questão da habitação. Que é de facto um direito que todos temos e defender os princípios ativos da cidadania. E muitas vezes, nós falamos nestas questões e não falamos dos deveres.

Nós não podemos só falar da questão de direitos. E isto levava-nos assim a uma discussão mais alongada e mais profunda e nós temos de ter aqui uma visão sistémica, uma visão integrada, sobre estas matérias nomeadamente na habitação.

E eu vou ter que realçar aqui porque as coisas boas também são para ser ditas. Eu não digo, por dizer, não crítico por criticar.

A Câmara tem de facto um corpo técnico, em termos de habitação social (eu tive o privilégio partilhar com eles isso) muito bom. Assim como no planeamento e na arquitetura. Eu queria deixar aqui uma nota muito importante. Eu já não sou totalmente a favor da questão do "observatório" porque o que é preciso é potenciar os corpos técnicos que existem a este nível a trabalhar com os parceiros da comunidade. Principalmente com quem faz parte da Rede Social. E particularmente aqui "puxar a brasa à minha sardinha" porque temos uma experiência muito boa do terreno, relacionada com esta vivência no que é ter o direito à habitação. Ter o dever para quem tem habitação. Porque isto depois não é só atribuir habitação, não é só criar condições de atribuição de habitação.

É preciso também disciplinar as pessoas no sentido que a sua gestão (e ajudá-las obviamente) que a gestão que fazem daquilo que lhes é atribuído seja uma gestão de qualidade. E que tudo isto seja integrado em questões de educação, de saúde, de trabalho. E portanto eu tenho pena de não poder debruçar-me mais sobre as matérias aqui apresentadas, que são extremamente pertinentes e que passam agora aqui também.

É uma pequena nota e um desafio quanto à autarquia e ao Senhor Presidente, no sentido de que neste tipo de matérias, eu sei que isto é já feito obviamente e já fez o elogio realmente do trabalho técnico que está por trás de tudo isto. É que às vezes nós nos esquecemos porque estamos aqui noutra patamar, mas quem está na rede social, nas instituições, que ajudem também os técnicos da autarquia a ver de facto e a definir estas regras e estas normas de atribuição. Falam aqui de pessoas com deficiência (a mim toca-me particularmente), todas as pessoas de violência doméstica, toda esta problemática associada às famílias e a quem de facto vive isso, tem de ser tudo muito bem enquadrado para se definirem as regras em conformidade.

Portanto toda esta matéria é toda muito cruzada e temos de ter algum cuidado quando ela é abordada e quando são definidas as regras, nomeadamente ao nível do executivo.

Há uma questão que eu gostava também de colocar. E já agora o Bloco focou aqui a questão da Câmara não ir buscar a lei geral. Se o Senhor Presidente pudesse explicar melhor nalguns aspectos o porquê de nalguns aspectos de regulamentos não ter ido buscar a lei geral? Provavelmente poderá esclarecer isso até para eu perceber o que é que induziu a Câmara a não ir buscar as questões da lei geral — que no meu ponto de vista, seriam pertinentes nalguns casos dos regulamentos aqui definidos.

E pronto tinha aqui umas notinhas para ver se não me esquecia de nada. Eu a questão dos animais não ia tocar. Mas de facto preocupa-me esta questão que tem a ver directamente com a habitação social e a pertinência da atribuição da habitação social. Saber dos critérios de prioridade, como é que lá chegamos, que sinergias podemos criar entre os técnicos da autarquia e as entidades que actuam na actividade local. Enfim, eu penso que propriamente mais importante, dessa matéria relevante, queria ver a perspectiva do executivo de como abordará esse assunto. Obrigada."

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰⁴⁷

Vogal Fernando Nogueira (PS)⁰⁴⁸

Vogal Ana Seiça Neves (PS)⁰⁴⁹

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁵⁰

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰⁵¹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁵²

Presidente da Mesa⁰⁵³

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁴

"Senhor Presidente muito obrigado. Apenas para dar uma nota informativa à Assembleia. Para dizer que a Câmara Municipal tem uma política de habitação muito clara, muito desenvolvida, obviamente naquilo que respeita à nossa acção directa que exige o nosso investimento na habitação social. E aquilo que é obviamente o trabalho de parceria cumprindo as nossas obrigações legais no que respeita à gestão do investimento privado que tem obviamente um papel capital, fundamental, no que respeita a uma política muito importante de habitação.

Foi criado recentemente na lei (foi um pacote legislativo grande) uma ideia de truque da actual geringonça, porque o pacote é grande mas o dinheiro zero.

Mas pronto, definiu-se agora que nos candidataríamos ao primeiro direito e a outros tipo de programas temos de ter estratégias municipais de habitação. E portanto estamos a trabalhar, mas ninguém sabe ainda o que é que é, como se estrutura e quais são os objectivos. Qualquer um de nós e parar um bocado e pensa, pode ser tantas coisas. E portanto há algumas empresas que se abalançaram, algumas câmaras também. Nós estamos a conversar agora com três empresas que têm algum currículo pequenino nestas coisas para podermos vir a escolher uma delas e comprámos uma empresa de serviços para elaborar a nossa estratégia municipal de habitação. O que obviamente será também um pretexto de reflexão na abordagem a estas temáticas e definimos esta estratégia que achamos útil. Não apenas para ir com uma candidatura ao "primeiro direito" quando ele tiver dinheiro, mas é um instrumento que reputamos com interesse. Tem algum interesse e por isso estamos a trabalhar.

Obviamente dar conta e saudar o PSD e o CDS que votaram contra a Lei de Bases da Habitação, porque ela não tem pés nem cabeça.

É aquele acto para fazer de conta que fizemos uma coisa. Porque a verdade é que não se fez nada com esta lei. É um pacote legislativo inchado, mas que no pacote financeiro não está lá nada. E depois esta componente, tenho pedido há três meses uma reunião com a administração do IRHU, porque já não sei que mais hei-de fazer, para que eles façam aquilo oque é um compromisso formal. Temos meio milhão de euros guardados. Mas é inacreditável. A Senhora Presidente do IRHU deve ter uma agenda monumental que não tem meia hora para receber um Presidente de Câmara. E não estou a pedir para ela vir a Aveiro, sou eu que vou ter com ela a Lisboa. Mas é uma coisa inacreditável. Aliás, alguém sabe quem é a Senhora Presidente do IRHU. Digo-vos é uma coisa chocante. Olhem, quando me ponho a especular porque é que ela não me recebe, olhem começo pela diminuição financeira. Tem as verbas todas cativas pelo Centeno e não tem o dinheiro para a participação que o IRHU tem que pôr, começo a imaginar com alguns indicadores que às tantas ela prefere não se sentar à mesa comigo do que dar-me as notícias que tem para me dar. Mas vai ter que o assumir. Porque nós vamos ter de dizer ao financiador "olhe queremos tirar aquele meio milhão para o IRHU, mas nós já temos muito mais obra feita e contratada no Bairro de Santiago e portanto precisamos dele. Não podemos andar nisto e estarmos a meio de 2019 e de facto há esta circunstância.

E portanto dizer que nessa frente dos fundos comunitário na relação com o IRHU o trabalho é total para fazermos este desenvolvimento.

Deixar ainda também nota de que de facto nós cumprimos a lei e os regulamentos municipais. Não quer dizer que uma qualquer norma que não esteja transposta para o regulamento não tenha de ser cumprida. Não. Todas as normas legais são para serem cumpridas. Portanto temos essa relação dupla, normal, de matérias para regulamentar as fizemos. E lembro o debate muito activo e muito intenso para fecharmos a adequação do

nosso regulamento à nova lei. Que já é da actual maioria parlamentar, muito recente, e depois há outras coisas da lei que não estão transpostas mas que temos de cumprir.

Estamos nesta segunda fase deste mandato para atribuir habitações sociais, mas depois de as requalificarmos. Nós não somos como alguém que andou para aí a inventar contentores a coloca-los em sítios ilegais para fazer de conta que se andava a fazer habitação social. E dessa forma, tudo cumpre o nosso regulamento municipal e a lei do país. Vamos deixar isto claro. E eu e a Vereadora Rita Carvalho estamos ao vosso dispor.

Mas permita-me apenas corrigir. Nós não temos só uma boa equipa técnica. Dar-lhe nota que na nossa equipa técnica da Acção Social não saiu nem entrou ninguém nos últimos cinco anos. O que mudou foi a gestão política. Eu sei que lhes custa um bocadinho admitir aqui que nós temos uma excelente gestão política. Porque de facto estamos a fazer uma revolução a sério na acção social. Em Aveiro desde que se fizeram as habitações sociais nunca mais houve política, nunca mais houve trabalho. As nossas técnicas "era de casa para o gabinete e do gabinete para casa". E isso acabou tudo. Porque de facto nós chegámos e implementámos uma política de habitação social à séria para pôr tudo em ordem. As dívidas, a rebaldaria dos nossos apartamentos. Tínhamos cinquenta e cinco fogos inabitáveis. Inabitáveis. Foi preciso fazer projecto, obras, concurso, etc e esse processo ainda não acabou. E não é apenas em Santiago. Nós estamos a fazer isto em todos os quatro cantos onde o município tem habitação social. E tem habitação social nos quatro cantos do município. Bem ou mal? Bem. Na minha opinião bem. Aliás, prefiro os pólos distribuídos do que ter uma grande concentração. Mas ouçam, depois que fizeram ninguém mais cuidou fisicamente e socialmente. Portanto dá muito gosto com o trabalho que fizemos neste mandato, no mandato anterior, um trabalho político excelente, de grande coragem. Porque mexer nesta área exige muita coragem. Mas fazemos tranquilos, com seriedade, com princípios. Com boa relação entre toda a gente. A Senhora Vereadora lida directamente, não são as técnicas. É a Senhora Vereadora Rita Carvalho. Recebe os nossos inquilinos, vai a casa deles, conhece-os, trabalha com eles. Pusemos também a nossa equipa técnica porque tinha lá o potencial, não tinha era quem a pusesse a trabalhar.

O que mudou na habitação social foi de facto a política e os políticos. Felizmente hoje somos um bom exemplo. Fizemos um excelente trabalho com os nossos inquilinos. Porque eles também aderiram a esta mudança e hoje temos globalmente de uma forma de larguíssima maioria uma adesão muito positiva de todos eles a este trabalho, a esta autentica revolução que desenvolvemos.

Senhor Presidente era estas notas que eu gostava de deixar. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE)⁰⁵⁵

Vogal Júlia Correia (BE):⁰⁵⁶

"Obrigado Senhor Presidente. Aqui em relação ao número de proposta e ao timing das propostas, como eu disse na apresentação inicial, foi hoje aprovada a lei de bases da habitação. E era de todo oportuno falar aqui de um conjunto de aspectos relacionados com a habitação. E todas estas propostas se relacionam efectivamente com a habitação. Algumas são habitação social, mas a política de habitação do município não se resume apenas a habitação social.

Entendemos apresentar agora estas propostas por essa razão. São assuntos que já têm vindo a ser apresentados pelo Bloco de Esquerda, alguns deles não são novidade, nomeadamente esta questão das raças perigosas nos bairros sociais.

E esperava ter aqui uma discussão um pouco mais elevada que conseguimos ter aqui de alguns elementos desta assembleia municipal, mas na generalidade não foi.

Em relação às luzes LED, pelo amor de adeus, está a decorrer de acordo com a comunicação que o Senhor Presidente apresentou aqui hoje. Está a decorrer uma série de obras e de trabalhos de substituição de iluminação pública. Não estou a falar em trocar o que já foi instalado em detrimento daquilo que nós estamos a propor. Nós aproveitando o momento em que estão a ser substituídas as estruturas de iluminação pública, aproveitar e colocar a melhor solução para os cidadãos, para os aveirenses, as mais confortáveis.

Em relação aos animais de companhia nos bairros sociais eu não quero, mas a questão de ter aqui de cumprir regras quando se está a usufruir de um direito social, o ter que obedecer a um determinado esquema, eu não consigo aceitar isso de bom grado. E vejo que há aqui um ressentimento enorme por gente pobre. Desculpem lá dizer isto. É como se gente pobre não tivesse o direito de viver à mesma medida que nós vivemos. E isto é um pouco inaceitável e eu fico desapontada com alguns comentários que ouvi aqui na discussão destas propostas que no meu entender são perfeitamente legítimas, são oportunas e pretendem sobretudo melhorar a qualidade de vida de uma boa parte dos cidadãos de Aveiro, que infelizmente precisam dos apoios sociais e não merecem por isso qualquer tipo de discriminação ou de perseguição por parte dos representantes políticos que aqui estão eleitos.

Posto isto, eu espero que pensem no teor e no conteúdo das propostas. Elas visam sobretudo proteger as pessoas mais vulneráveis que temos na nossa sociedade e visam dar respostas que a Câmara Municipal na sua política não dá. Por isso termino por aqui a minha exposição e vamos a votos."

Presidente da Mesa⁰⁵⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁸

"Muito obrigado por me dar a palavra. É só para complementar uma lacuna minha. Eu disse que nós não mudámos a equipa da habitação social. É verdade. Mas reforçamo-la com uma pessoa importantíssima. E enfim, mandar-lhe um abraço daqui na luta dura que ela está a ter pela sua saúde. Fomos buscá-la à Casa da Juventude, a Dr.ª Margarida Oliveira e nomeámo-la chefe da Divisão de Acção Social e Saúde e tem sido uma colega extraordinária. Trouxe outra energia e qualidade à equipa. E pronto, com esta minha correcção, para ela ganhar força na luta que está metida. Muito obrigado."

De seguida o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos, nos termos regimentais, por solicitude do Grupo Municipal do Partido Socialista.⁰⁵⁹

Retomados os trabalhos deu início à votação⁰⁶⁰ das propostas de recomendação do Ponto 10 - Apreciação e votação de oito Propostas de Recomendação apresentadas pelo BE:

Alínea a) - Adoção de luzes LED "amarelas" e abandono das LED "brancas" que podem aumentar o risco de cancro, sendo a mesma rejeitada, com vinte e quatro votos contra (PSD16+CDS6+ÍND1+PS1), dez abstenções (PS8+PCP1+PAN1), dois votos a favor (BE2).

Alínea b) - Pela prioridade e realização das obras prementes nas habitações sociais propriedade do IRHU no município de Aveiro, nomeadamente no Griné e Caião, sendo a mesma rejeitada, com vinte e quatro votos contra (PSD16+CDS6+ÍND1+PS1), nove abstenções (PS8+PAN1), três votos a favor (BE2+PCP1).

Alínea c) - Criação de um observatório municipal da habitação, sendo a mesma rejeitada, com vinte e quatro votos contra (PSD16+CDS6+ÍND1+PS1), zero abstenções, e doze votos a favor (PS8+BE2+PCP1+PAN1).

Alínea d) - Candidatura do Município de Aveiro ao Programa Primeiro Direito, sendo a mesma rejeitada, com trinta e dois votos contra (PSD16+CDS6+ÍND1+PS9), uma abstenção (PAN1), três votos a favor (BE2+PCP1).

Alínea e) - Que o alojamento, permanente ou temporário, de animais nas habitações sociais propriedade do município de Aveiro seja definido pelas normas gerais da lei da república, sendo a mesma rejeitada, com vinte e oito votos contra (PSD16+CDS6+IND1+PS5), quatro abstenções (PS4), quatro votos a favor (BE2+PCP1+PAN1).

Alínea f) - Que a renda mínima para as habitações propriedade do município em regime de arrendamento apoiado, seja fixada em 1% do indexante dos apoios sociais, sendo a mesma rejeitada, com vinte e quatro votos contra (PSD16+CDS6+IND1+PS1), nove abstenções (PS8+PAN1), três votos a favor (BE2+PCP1).

Alínea g) - Critérios preferenciais e de desempate para famílias monoparentais ou que integrem menores, pessoas com deficiência ou com idade igual ou superior a 65 anos, ou para vítimas de violência doméstica no regulamento municipal das habitações sociais propriedade do município de Aveiro, sendo a mesma rejeitada, com vinte e seis votos contra (PSD16+CDS6+IND1+PS3), três abstenções (PS3), sete votos a favor (PS3+BE2+PCP1+PAN1).

Alínea h) - Regular o Alojamento Local pela protecção das pessoas e do direito à habitação, sendo a mesma rejeitada, com trinta e dois votos contra (PSD16+CDS6+ÍND1+PS9), uma abstenção (PAN1), três votos a favor (BE2+PCP1).

Não houve declarações de voto.

Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão⁰⁶¹ não se verificando intervenções.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária de Junho de 2019.

Eram 00:15 horas do dia 06 de Julho de 2019.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:45)